

Brasília, 6 de julho de 2012.

Ao Ilmo. Sr.
Dr. Paulo Maldos
Secretaria Geral da Presidência da República e

À Ilma. Sra.
Dra. Célia Correa
Diretora da SOF – Secretaria Orçamento e Finanças do Ministério do
Planejamento Orçamento e Gestão

Conforme encaminhamento da Reunião de Diálogo com a Sociedade Civil, realizada no Palácio do Planalto, no dia 02 de julho de 2012, apresentamos nossas propostas para a elaboração do Orçamento Anual de 2013 e para a participação social no Ciclo Orçamentário:

- que qualquer revisão qualitativa da programação vigente seja construída com base num modelo conceitual de elaboração orçamentária, reorientado para a democratização do ciclo orçamentário, com participação popular e maior transparência para o controle social e controle externo, respeitando a integração com o modelo do PPA 2012-2015;
- que os órgãos e entidades da Administração Federal procedam à execução orçamentária dos Programas com nomes de fantasia como, por exemplo, Melhor em Casa, Brasil Carinhoso, Brasil Seguro, Rede Cegonha, Brasil sem Limites etc. utilizando-se do Plano Orçamentário- PO e/ou Plano Interno (PI) como mecanismo de acompanhamento intensivo, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e SIOP, facilitando o entendimento e democratizando o processo de acompanhamento das despesas públicas;
- que se adotem Planos Orçamentários para monitorar a execução orçamentária das ações compromissadas com o desenvolvimento dos Planos Nacionais de Políticas que emergiram dos processos de Conferências, entre os quais destacamos:

- ✓ Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
- ✓ Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3
- ✓ Plano Nacional da Educação – PNE
- ✓ Plano Decenal da Criança e do Adolescente
- ✓ Plano Nacional de Saúde da População Negra
- ✓ Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- ✓ Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
- ✓ Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT

Neste sentido, cada um destes Planos deverá constituir uma nova identificação orçamentária (PTRES), assegurando transparência e agilidade para o monitoramento da execução orçamentária orientada ao cumprimento de cada um deles;

- que os órgãos e entidades da Administração Federal procedam à execução orçamentária de todos os Programas do PPA 2012-2015 utilizando o Plano Orçamentário - PO como mecanismo de acompanhamento intensivo, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e SIOP;
- que se garanta mecanismo que permita a identificação de todas as ações que atualmente compõe o orçamento, de modo a garantir a continuidade das séries históricas construídas até o momento pelo CONSEA, pelo Orçamento Mulher, Orçamento Quilombola, de Direitos Humanos entre outros;
- que as informações contidas nos P.O. sejam públicas, de modo a assegurar que tanto a elaboração do orçamento quanto o seu acompanhamento detalhado, físico e financeiro, sejam transparentes, viabilizando assim o controle social sobre a execução destes recursos;
- que o monitoramento, controle social e externo sobre o Orçamento destinado ao financiamento de políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades de gênero, considerada inclusive em suas dimensões étnica racial e de orientação sexual, contemple as prioridades pactuadas com o movimento de mulheres no processo da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Dado o curto espaço de tempo para a elaboração das propostas* e as limitadas informações disponíveis, encaminhamos anexas as que se referem apenas a algumas prioridades do movimento de mulheres, e certamente podem ser ampliadas para outras áreas temáticas e aperfeiçoadas quanto a seu desenho. CFEMEA, Articulação de Mulheres Brasileiras e a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras se colocam à disposição para este diálogo;

- que os PO's elaborados especifiquem como e quais políticas estão sendo executadas para a promoção da cidadania e direitos humanos LGBT, especialmente no âmbito do MPOG, da SG, da SDH, MS, Minc, MEC e MJ;
- que as ações orçamentárias e planos orçamentários traduzam, de modo transparente, a responsabilidade do Estado e o compromisso governamental com a promoção da igualdade racial e de gênero e ações de enfrentamento ao racismo.

- especialmente, quanto a propostas relativas à criação dos Planos Orçamentários, que se dará no nível gerencial, reivindicamos a manutenção de canal aberto acerca do encaminhamento de propostas de PO's, após o conhecimento do PLOA 2013, até dezembro de 2012 e no decorrer do ano de 2013, dado o caráter experimental do modelo adotado;

Concluimos na expectativa de que as reivindicações e propostas que apresentamos em relação ao Orçamento 2013 sejam acolhidas e, ademais, que as outras demandas que apresentamos em relação à democratização do Ciclo Orçamentário** (anexas) sejam processadas com a urgência e relevância requeridas.

À disposição para quaisquer esclarecimentos, finalizamos.

Atenciosamente,

Guacira C. Oliveira - CFEMEA Eliana M. Graça - INESC
Pelas organizações da sociedade civil que participaram
da Reunião de Diálogo com a Sociedade Civil